Criminalidade: como a Educação faz falta

Se o Brasil quiser começar a discutir seriamente os caminhos mais eficazes para combater e controlar os assustadores níveis de criminalidade no país, com especial ênfase nos assassinatos e delitos violentos, é fundamental assimilar as lições que estudos empíricos recentes têm trazido sobre o tema. O mais célebre deles, sem nenhuma dúvida, é o realizado por Steven Levitt, autor do livro "Freaknomics", e um dos jovens economistas de maior prestígio e renome no cenário atual. Intitulado "Understanding Why Crime Fell in the 1900s: Four Factors that Explain the Decline and Six that Do Not"[1], o trabalho analisa as causas da grande queda do crime nos Estados Unidos entre 1991 e 2001 — talvez o mais relevante fato histórico das últimas décadas para quem se interessa pelo tema.

Levitt cita dados para deixar claro que a queda da criminalidade norte-americana nos anos de 1990 foi totalmente imprevista. Por exemplo, em 1995, a mais otimista das previsões sobre o número de assassinos entre 14 e 17 anos de idade nos Estados Unidos, em 2000, era em torno de quatro mil. A projeção mais pessimista era de oito mil. O número real atingido foi inferior a dois mil. Mas o dado mais emblemático do fenômeno foi a queda da taxa de assassinatos em Nova York, que saiu de um pico de 30,7 por 100 mil habitantes, em 1990, para 8,1, em 2001, numa redução de 73,6%. Esta foi a maior diminuição entre o pico e o ano de 2001 nas grandes cidades norte-americanas, mas em todas elas a taxa de assassinatos recuou de forma drástica — Seattle (65,6%), Houston (63,3%), São Francisco (56%) e Washington (49,6%).

Nos Estados Unidos como um todo, os crimes violentos caíram 33,6% entre 1991 e 2001, os crimes contra a propriedade tiveram uma redução de 28,8%, e os assassinatos sofreram uma queda de 42,9%. Isto se compara com aumentos de, respectivamente, 82,9%, 38,2% e 5,4% naqueles mesmos tipos de crimes, no período que vai de 1973 a 1991. A redução da criminalidade norte-americana aconteceu de forma mais intensa na região Nordeste do país, e nas cidades com mais de 250 mil habitantes.

Justificativas — Esta surpreendente reviravolta, que trouxe imensos benefícios à sociedade norte-americana, não poderia ter deixado de gerar um turbilhão de explicações e análises em um país tão afeito à busca racional da causalidade e à ação pragmática como os Estados Unidos. Em seu trabalho, Levitt fez um ranking das justificativas do fenômeno mais mencionadas na mídia. A campeã são as "estratégias inovadoras de policiamento", com destaque para a chamada "tolerância zero", o aumento do rigor contra os pequenos delitos. Em seqüência, vêm o aumento do número de detentos e as mudanças nos mercados das drogas, com o declínio da epidemia de *crack*, uma forma potente e ultraperigosa de se consumir cocaína. Outros fatores citados na mídia com freqüência são o envelhecimento da população, leis para coibir o porte de armas, o vigor da economia, e o aumento do número de policiais.

Em seguida, Levitt verifica, usando diversas técnicas de análises de dados empíricos comuns nos textos econômicos, quais daquelas causas são de fato importantes, e quais não têm relevância. A sua conclusão foi a de que seis dos fatores freqüentemente citados como causas da redução da criminalidade norte-americana tiveram, na verdade, pouca ou nenhuma importância. Estas explicações equivocadas são: a economia forte dos anos de 1990, as mudanças demográficas (envelhecimento), as novas estratégias policiais (tolerância zero), o controle do porte

de armas, a permissão para carregar armas e o aumento do uso da pena de morte.

Levitt deduziu que os fatores que influenciaram de forma significativa à redução da criminalidade nos Estados Unidos foram: o aumento do número de policiais, o crescimento da população carcerária, a redução da epidemia de *crack* e a legalização do aborto. O ponto mais polêmico do trabalho foi justamente este último, mas é importante frisar que, pelo menos inicialmente, tudo o que Levitt fez foi chegar a uma constatação, e não a uma recomendação.

Na interpretação de Levitt, com a legalização do aborto, muitos casos de gravidez indesejada foram interrompidos. Parte significativa destes episódios ocorreu justamente nos lares menos preparados para educar crianças, seja pela ausência do pai (e até da mãe), pela pobreza, pelo ambiente social deteriorado e violento onde estavam localizados ou pelo baixo grau de educação dos chefes de família. Os abortos, portanto, simplesmente evitaram o nascimento de futuros criminosos (o que não quer dizer que todas as crianças que deixaram de nascer trilhariam o caminho do crime).

Mas não foi por meio daquelas constatações, naturalmente, que Levitt chegou ao seu resultado sobre a relação entre aborto e crime. Na verdade, ele utilizou técnicas estatísticas e de análise de dados empíricos para indicar que há uma grande chance de que aquela causalidade seja verdadeira. Segundo as estimativas do economista, a legalização do aborto explicaria 23% da queda no número de assassinatos, 30% da redução nos crimes violentos em geral e 35% da diminuição nos crimes contra a propriedade.

Tamanho foi o alarde causado pela ligação entre aborto e crime apontada por Levitt, que outro resultado muito importante do seu trabalho passou despercebido. Na verdade, o aumento do número de presos nos Estados Unidos na década de 1990 responderia por 28% e 36%, respectivamente — mais do que o aborto, portanto —, da queda no número dos assassinatos e dos crimes violentos. No caso dos crimes contra a propriedade, o aumento da população prisional explicaria 28% da redução. Durante os anos de 1990, o número de presos por 100 mil habitantes nos Estados Unidos subiu de cerca de 200 para quase 500 (hoje está em 738).

Cresce o contingente de crianças em situação de extrema carência que precisa ser apoiado por um sistema educacional eficiente

O aumento do número de policiais significaria 16%, 12% e 19% da redução, respectivamente, dos crimes violentos, dos assassinatos e dos crimes contra a propriedade, e a redução da epidemia de *crack* seria responsável por 14% na queda dos assassinatos, 9% na redução dos crimes violentos, mas não teria nenhum efeito nos crimes contra a propriedade.

Sugestões — Os resultados de Levitt apontam para algumas recomendações iniciais sobre os caminhos que o combate à criminalidade deve tomar no Brasil. Aumentar a presença dos policiais nos locais mais vulneráveis ao crime e ampliar o número de presos parecem conclusões quase óbvias. O Brasil, com níveis de criminalidade muito maiores do que os dos Estados Unidos, tem uma proporção de cerca de 180 presos por 100 mil habitantes (336 mil presos para uma população de 186 milhões), menos de um quarto do indicador norte-americano.

Mas o ponto que esta Carta deseja enfatizar são as condições em que as crianças brasileiras estão vindo ao mundo e sendo criadas. Não se vai, aqui, de forma alguma, defender-se a legalização do aborto — um tema que, a nosso ver, envolve questões morais que transcendem o escopo da nossa análise. Mas é preciso ter consciência de que as variáveis sócio-demográficas brasileiras atuais, à luz das descobertas mencionadas anteriormente sobre as causas da criminalidade, só podem ser corretamente definidas como desastrosas.

Resumidamente, as pessoas com piores condições para criar filhos procriam muitíssimo mais do que aquelas posicionadas no topo da escala sócio-educacional. E aquela massa de indivíduos que nascem em condições de desvantagem encontra um sistema educacional — principal instrumento com poder parcial de corrigir as desigualdades de origem — que é ruim mesmo para os padrões baixos dos nossos pares latino-americanos.

Não é de espantar, portanto, que a criminalidade no Brasil tenha atingido os patamares assustadores da atualidade. E não é possível, mantendo-se um mínimo de realismo, alimentar esperanças de que um fenômeno como a queda dos crimes nos Estados Unidos, na década de 1990, ocorrerá por aqui a curto ou médio prazo — a não ser que haja uma revolução nas políticas públicas relativas às questões prisionais, à natalidade e, principalmente, à educação.

Discordância — Quando se olham as pirâmides populacionais dos grupos dos 10% mais pobres da população brasileira (primeiro decil de renda) e dos 10% mais ricos (décimo decil), encontra-se uma realidade espantosa. A primeira parece a típica pirâmide de um país pobre, muita larga na base (com uma grande po-

pulação jovem) e estreita no topo. A pirâmide dos ricos, ao contrário, é semelhante à daqueles países milionários com população estabilizada, com uma base retangular que avança de zero ano até a idade plenamente adulta, com uma camada mais larga aos 25 anos, e afinamento só a partir da meia-idade.

É fácil de entender esta discrepância quando se analisam os dados sócio-demográficos. Os de 2000, por exemplo, mostram que os casais que pertenciam ao décimo decil de renda têm em média 0,99 filho, comparado com a média de 4,5 filhos dos pertencentes ao primeiro decil. Por conta disso, hoje, cerca da metade dos brasileiros de zero a 15 anos reside em lares que não ultrapassam a linha de pobreza.

Um fator que não deve ser esquecido é a grande queda da taxa de mortalidade infantil no Brasil, que se reduziu à metade nos últimos 20 anos, e está atualmente em torno de 30 por mil nascidos. Este fato extremamente positivo significa, por outro lado, que o contingente de crianças em situação de extrema carência que precisa ser apoiado por um sistema educacional eficiente vem crescendo, e aumentará ainda mais à medida que a queda na mortalidade infantil prossiga (e há muito espaço para isto, quando se compara, por exemplo, o indicador brasileiro com o chileno, que está em 7,6 óbitos por mil nascimentos).

Segundo dados da Unicef, o Brasil gastou 4,15% do PIB em educação, em 2002, o que o coloca aproximadamente na média de um grupo selecionado de países desenvolvidos e em desenvolvimento. No mesmo ano, os Estados Unidos gastaram 5,71%; a Alemanha, 4,77%; o Japão, 3,58%; a Argentina, 4,02%; o Chile, 4,22%; e a Bolívia, 6,22%. Em termos de gasto público em educação por estudante, como percentagem do PIB *per capita*, o Brasil, com 14%, fica atrás dos países ricos — Estados Unidos (25%), Alemanha (24%) e Japão (20%) —, mas está próximo do nível médio das nações latino-americanas – Argentina (15%), México (17%), Peru (9%), Uruguai (12%) e, na dianteira, a Colômbia (20%).

Segundo dados da Unicef, o Brasil gastou 4,15% do PIB em educação, em 2002, enquanto a Bolívia, despendeu 6,22%

Comparação — É possível alegar, olhando para estes números, que o Brasil deveria gastar um pouco mais com educação. Quando se analisa, porém, os resultados brasileiros, comparados com os dos seus vizinhos, fica claro que historicamente o Brasil investiu pouco em educação. Em 2000, segundo a Unicef, a média de anos de ensino da população com 15 anos ou mais no país era de 4,88 anos, confrontado com 8,83, na Argentina; 7,55, no Chile; 5,58, na Bolívia; 6,18, no Paraguai; e 7,23, no México. Como se vê, perdemos de algumas das nações menos desenvolvidas da América Latina.

Em termos de qualidade, os indicadores educacionais brasileiros são igualmente desanimadores. Segundo texto recente do professor Claudio de Moura Castro, especialista em questões educacionais, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), "aplicado à quarta série do fundamental, mostra que 54% dos alunos não foram plenamente alfabetizados". Nos exames internacionais Pisa, que comparam o desempenho educacional de vários países ricos e alguns em desenvolvimento, o Brasil foi último uma vez e penúltimo na outra, com desempenho particularmente ruim em matemática.

O resumo da história, que buscamos contar nesta Carta, é que os altíssimos níveis de criminalidade no Brasil não deveriam surpreender ninguém, se conjugarmos os efeitos de diversas tendências das últimas décadas. A começar pela falta de atenção despendida pelo Estado nos fatores ligados à repressão ao crime, resultando em uma população prisional relativamente pequena, penas excessivamente brandas aos crimes cometidos, insuficiência e ineficácia policial, etc... Por outro lado, devido à falta de investimento em educação básica de qualidade, o país vem perdendo a oportunidade de poder comemorar a grande vitória que é a redução da taxa de mortalidade infantil. Parte daquelas crianças que em outros tempos engordariam a lista de óbitos acaba crescendo sem oportunidades, e, por falta de alternativa, entra no mundo do crime. Ademais, o baixo investimento histórico em educação também levou a uma taxa de natalidade muito alta entre os muito pobres, o que faz com que a fileira dos sem-oportunidades cresça e, por conseguinte, a criminalidade aumente.

Assim, a solução para os nossos altos índices de criminalidade, necessariamente, passa por mecanismos de atendimento à massa de crianças brasileiras geradas em ambientes extremamente desfavoráveis para prepará-las para uma vida honesta e digna. Na verdade, a resposta ao drama da criminalidade no Brasil não pode prescindir de uma revolução educacional, que dependerá bem mais de melhoras radicais de gestão do que da injeção de novos recursos — embora esta última possibilidade também não deva ser descartada.

[1]Journal of Economic Perspectives. Volume 18, Number 1, pags. 163-190.